

A ECONOMIA DA AMÉRICA **

Manoel F. G. Seabra *

1. Aspectos gerais da Economia das Américas: os mecanismos de intercâmbio desigual.

Em primeiro lugar, para muitos autores, no mundo capitalista atual pode-se, significativamente, distinguir dois grandes conjuntos inter-relacionados. Os países ditos desenvolvidos (para outros, os países do "centro" do sistema) e os países ditos não desenvolvidos ("periferia" do sistema). Uma das teorias econômicas importantes que se propõe à explicação das relações capitalistas internacionais é aquela que aborda as relações econômicas entre os dois blocos de países, através dos mecanismos de intercâmbio desigual.

Estes mecanismos de intercâmbio desigual (dito de outra maneira, as formas de dependência) têm um caráter histórico podendo-se constatar formas correspondentes ao estágio concorrencial e ao estágio monopolista do capitalismo.

Em segundo lugar é preciso que entendamos a posição das Américas dentro do mundo capitalista atual. E para isso de início, é preciso distinguir dois significados:

- O papel que desempenham no mundo EUA e Canadá
- como a América Latina se situa nesse mundo.

E, por fim, em terceiro lugar é necessário entendermos a estrutura econômica interna das Américas.

Nesta perspectiva de análise devemos tomar cuidado com colocações do tipo: o desenvolvimento gerando o subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento como estágio do desenvolvimento.

* Professor Doutor do Departamento de Geografia — F.F.L.C.H. USP.

** Aula proferida no curso de treinamento para professores do segundo grau na CENP — Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Muitas vezes se pressupõe que o dinamismo do centro do sistema é decorrente da exportação da sua periferia. Há inclusive uma tendência a se considerar que a situação de dependência (ou subdesenvolvimento) é explicada apenas por essa relação externa. No entanto é necessário considerar-se a estrutura econômica e social interna (de cada país) que cria condições para a relação externa. Muitos autores também preferem falar em formas de penetração do capitalismo e não polarizá-lo em desenvolvimento e subdesenvolvido.

Outra ressalva que devemos fazer, refere-se a afirmativas de que países como o Brasil (e provavelmente Argentina e México) não se enquadram bem na caracterização que alguns autores fazem do processo de desenvolvimento do capitalismo na sua parte "periférica", não desenvolvida. Isto porque, eles não pressupõem uma situação real em que a indústria venha a assumir tal expressão que se torne o centro, o motor, dessa economia dependente. Por isso é comum, autores como AMIN afirmarem que nesse tipo de país permanece o predomínio do setor agrícola. Ou a teoria não é adequada para explicar o surgimento de países como o Brasil ou, então, ela tem que ser adequada para esse entendimento. Segundo FAIRE, atualmente, o Brasil é um polo secundário. Há uma tendência à formação desses polos secundários na periferia do sistema.

Com essas duas ressalvas é possível valorizar a teoria da dependência em suas várias formulações, para o estudo e análise do mundo capitalista em geral e das Américas em particular.

Qual é então o mecanismo básico do desenvolvimento histórico que explicaria a desenvolvimento auto-sustentado que interessou de imediato os EUA? Quais são as características desse "modelo" de desenvolvimento auto-sustentado? (Presentes também na Europa Ocidental e Japão. Cabe perguntar se não estaria acontecendo também no Brasil?)

Trata-se de uma estrutura econômica completa (toda produção de bens de consumo e de capital).

Como acontece o desenvolvimento econômico na situação descrita?

O mecanismo que, em última instância, significa a acumulação do capital, relaciona-se com o progresso tecnológico e com o aumento do salário real (quem sabe, melhor dizendo, do padrão de vida) da massa trabalhadora (neste sentido, proletarianização não significa necessariamente, pauperização e sim, a penetração do capitalismo em todas as atividades econômicas).

O progresso tecnológico dá o dinamismo ao sistema, porque a lógica do seu desenvolvimento é a busca do lucro numa economia de mercado que é necessariamente concorrencial. A acumulação é uma necessidade e só acontece à medida em que novas necessidades de consumo ou novos mercados são criados, através particularmente, da criação de novos produtos ou aparentemente novos, que em última análise, é o papel da tecnologia.

A concorrência força a incorporação de tecnologia em todos os ramos. Mas, a busca de novos ramos para a aplicação de capitais é uma das formas mais eficientes de, através de novos produtos, conseguir-se a obtenção de lucros elevados (ausência temporária de concorrência, amplo mercado potencial, etc). A penetração de novos ramos ou de novos produtos, implica cada vez mais, necessariamente, no investimento de vultosos capitais (tecnologia, maquinários, etc). São setores, geralmente, de elevada produtividade nos quais o custo das mercadorias unitárias deve ser bastante baixo. Neste sentido, os lucros elevados obtidos no setor, não advém da exploração direta do trabalho social vivo, mas da migração (concretamente efetuada através do mercado) de valor dos setores atrasados da economia para os setores de ponta, através da cobrança antecipada pelos capitalistas dos mesmos, e dos juros e lucros do capital investido.

Mas, este desenvolvimento auto-centrado tem para esse mecanismo da produção a contrapartida nos salários, isto é, a existência de lucros elevados permite ceder à pressão dos trabalhadores organizados, cujos salários continuamente elevados (ou mantidos) para um nível que permite a absorção continuada de novos produtos. Por sua vez, a pressão de salários elevados age continuamente no sentido da transformação tecnológica dos vários ramos da economia. O fundamental desse mecanismo de desenvolvimento auto-sustentado liga-se ao fato de que, através do intenso aumento da produtividade, os aumentos de salários reais são absorvidos (pois há uma diminuição do custo de reprodução da força de trabalho) permitindo manter a poupança do sistema e, conseqüentemente, as possibilidades de investimentos que possibilitam o desenvolvimento.

Nesse tipo de mecanismo auto-sustentado, o que interessa sobretudo à Geografia é revelar que o trabalho assalariado tende a expandir-se por todos os ramos da economia e por todo o território (isto já aconteceu nos EUA). Mesmo o pequeno proprietário do campo e da cidade quando persiste, transforma-se cada vez mais em um assalariado, na medida em que só consegue manter suas atividades através do crédito ou da vinculação com empresas agro-industriais. É o que acontece nos EUA, França e no Sul do Brasil.

Como se daria então a acumulação capitalista nos países ditos não desenvolvidos, dependentes? Segundo LIPIETZ, através do "modelo extravertido" (tradução do conceito é literal), a característica básica é a desarticulação interna da economia, dada a ausência do setor industrial de produção de bens de capital, que leva à dependência tecnológica e ao estabelecimento, aliada a outros componentes das trocas de mercadorias, de mecanismos do intercâmbio desigual que resultaria na transferência de valor trabalho (e de lucro) de um país para outro.

A existência desses mecanismos de intercâmbio desigual evidenciarão que, o desenvolvimento do centro depende também da economia da periferia e o "subdesenvolvimento" da periferia é, também, consequência do desenvolvimento do centro.

É apontado como característica desta economia o fraco desenvolvimento industrial, baseado no mecanismo de "substituição de importações", onde há transferência de indústria, do centro para a periferia do sistema. Tanto por razões internas como externas, há uma tendência de migração do centro para a periferia de certos ramos industriais. Segundo FURTADO, o mecanismo de "substituição de importações" é limitado, esgota-se, mas cria desenvolvimento econômico porque traz para o país um setor de ponta. Cria necessidades que solicitam novos equipamentos, criando novas necessidades de importação que são atendidas pelo centro. Mas, a partir de um certo grau de desenvolvimento da periferia torna-se economicamente interessante tanto para o "centro" como para a "periferia" também, outros tipos de indústria. Todavia, é bom deixar claro que por traz desses mecanismos econômicos, existem interesses de "sujeitos da classe" que é possuidora das fábricas, e à medida que os empresários da "periferia" adquirem consciência dos seus interesses, agem de forma a preservá-los e ampliá-los, atuando na esfera política.

Mas, o capital tem necessidade de se acumular e se há dificuldade da acumulação acontecer no centro do sistema, ele busca outros locais para realizá-la. Os países do centro do sistema tornam-se pois, exportadores de capitais. Esse interesse em investir fora, aparece, historicamente, como uma resposta à defesa efetuada pelos capitalistas da "periferia" de seus interesses, mas aparece também como necessidade de preservação das taxas de lucro mais elevadas.

Deste modo, o desenvolvimento auto-sustentado não significa "fechado" porque, entre outras coisas, a própria saída dos capitais é uma necessidade para a preservação das taxas de lucro elevadas.

Na fase atual do capitalismo monopolista, a saída do centro é um mecanismo eficiente para aumentar os lucros fugindo à formas aguçadas de concorrência monopolística no centro, em decorrência da perda relativa de monopólios sobre os novos produtos (pois, os super-lucros atraem capitais para o setor e o aumento da concorrência diminui os lucros) em razão da diminuição do mercado potencial interno.

Portanto, o processo de "substituição de importação" que caracteriza o desenvolvimento industrial e, portanto, "econômico" da "periferia" do sistema, encontra suas justificativas, tanto através das necessidades de reprodução ampliada do chamado modelo extra-vertido, quanto das necessidades do desenvolvimento do "centro do sistema", redefinindo-se historicamente, as relações de dependência e dos mecanismos de intercâmbio desigual.

Na verdade, há que se considerar como fundamental, também, o custo do trabalho no centro e na periferia do sistema e neste, é menor, tornando-se também fator da "migração geográfica" do capital, uma vez que custos menores do trabalho também proporcionam maior lucro. Para LIPIETZ, aliás, os diferenciais de salários reais são, cada vez mais, sob o domínio mundial do capitalismo monopolista, o componente fundamental dos mecanismos de intercâmbio desigual, pois, existe uma tendência à uniformização do que domina a composição orgânica do capital, que, por razões basicamente políticas (relação das classes trabalhadoras com as classes proprietárias e o Estado) não implicam em tendência expressiva de aproximação dos salários reais do "centro" e da "periferia".

2. A economia Norte-Americana após a 2ª Guerra Mundial: Os Estados Unidos.

2.1. As tendências recentes de redistribuição das atividades econômicas nos EUA.

Pela própria lógica do seu desenvolvimento, o capitalismo provoca uma diferenciação geográfica, ainda que seja uma generalização, ele se desdobra em centro e periferia, mundo desenvolvido e sub-desenvolvido, avançado e atrasado. As linguagens variam e também a sua interpretação; é contudo uma diferenciação que se constata a nível interno, dentro dos países.

FURTADO refere-se à regiões supra-nacionais, refere-se à América Latina como região. Para o geógrafo a região é uma parte de um todo nacional.

Nesse sentido, uma manifestação territorial significativa do fenômeno do capitalismo é a de que, pelas desigualdades do seu desenvolvimento, acabam se conformando regiões.

Há um mecanismo de expansão do capital no centro e outro mecanismo de expansão na periferia, há formas de intercâmbio entre ambos, cuja compreensão é também necessária, tanto quanto para compreender-se o desenvolvimento de formas de capitalismo no centro e na periferia.

LIPIETZ destaca dois processos: o intercâmbio desigual no sentido amplo e o intercâmbio desigual no sentido restrito.

Quando o capitalismo penetra em uma região de economia de subsistência, não penetra, necessariamente, substituindo a estrutura da produção, as relações de trabalho na produção, ou seja o modo de produção. Penetra, inserindo a economia de mercado, através de um mecanismo econômico, que decorre de vantagens que a produção capitalista tem, em termos de produtividade e, conseqüente, de custos em relação à produção não capitalista (o artesanato, por exemplo) .

A lógica da economia fechada, — da autarquia — tem que ser rompida para que se possa estabelecer o intercâmbio.

E, nem sempre bastam os elementos estritamente, sendo necessário introduzir-se mecanismos variados de natureza política.

Nem sempre basta a vantagem econômica relativa, que é dada, não tanto pela qualidade da mercadoria industrial mas pelos seus custos. Assim, a penetração da Inglaterra na Índia por exemplo, não bastou a vantagem do custo do produto inglês, foi preciso impedir que o artesão produzisse de acordo com a sua lógica, que não é aquela da acumulação de riqueza, da acumulação de capital.

Na penetração da Europa na África, para a inserção das tribos africanas na produção mercantil, foi fundamental forçar, de alguma forma, a circulação do dinheiro. Dar um papel ao dinheiro na vida da tribo através do estabelecimento de impostos pela administração colonial. Assim a única forma que a tribo teve para obter recursos para pagá-los, foi estabelecer uma economia de subsistência com venda regular do excedentes. Como conseqüência, desenvolve-se o mecanismo de trocas e a composição de custos.

Com a regularidade das trocas passa a funcionar a lei econômica de RICARDO, a "lei dos custos comparativos" ou "das vantagens

comparativas”: quando duas economias de mercado entram numa relação de intercâmbio começa a funcionar a concorrência e a divisão de trabalho. Portanto, há uma tendência à especialização, um mecanismo puramente econômico.

Uma sociedade que tem a possibilidade de produzir tudo mais barato, com maior produtividade, produz aquilo que adiciona mais valor e transfere para outra, aquilo que adiciona menos valor. Esse mecanismo vai promover o intercâmbio desigual. O mecanismo leva o capitalismo sempre para os setores de ponta: São aqueles em que há maior investimento de capital e qualificação no trabalho, adicionando maior valor à mercadoria. De forma simplificada, mas não totalmente verdadeira, adicionam mais preço à mercadoria, enquanto que, em setores mais atrasados; adicionam menos, levando desvantagem na troca.

O valor que repercute sobre os preços numa sociedade é constituído de forma abstrata, pelo funcionamento da economia de mercado. Como exemplo simplificado do resultado do intercâmbio desigual temos: nas regiões avançadas, uma mercadoria realizada com o trabalho de duas horas poderá ser trocada por uma mercadoria que, numa região atrasada foi realizada em 20 horas de trabalho.

Esta fase em que funciona este tipo de intercâmbio desigual (que decorre das diferenças de investimentos de capital e de trabalho na produção, e que corresponde a uma fase de articulação da sociedades, que vivem integrados ao capitalismo mundial ou nacional) é uma fase de articulação externa. Externa, no sentido em que a parte que se articulou de forma dependente, é aquela em que a produção para o mercado não se faz de forma capitalista (pequena agricultura mercantil, artesanato) ou se faz de uma forma “paleo-capitalista” (indústria têxtil; para citar uma realidade mais próxima da nossa). Faz-se através de formas capitalistas antigas, superadas pelo progresso tecnológico, que, no capitalismo mundial, já não são setores de ponta; nelas o investimento de capital e de trabalho qualificado é muito menor. Uma das características do progresso da economia em geral e da economia capitalista em particular é a tendência constante de banalização do trabalho. Quando avança para a ponta, de outra parte, tendo a qualificá-lo, a requerer novos tipos de formação e de especialização de mão-de-obra. O que vai ficando para trás vai sendo banalizado, desqualificado, estandardizado; torna-se objeto de um trabalho mecânico, automático, de montagem.

Esta forma de intercâmbio desigual, com articulação externa, prepara as condições para o passo seguinte. No que interessa à

América Latina, e ao mundo subdesenvolvido em geral, este passo se realiza pela penetração do ramos industriais com elevado investimento de capital. A industrialização brasileira em geral é de alta tecnologia, que poupa mão de obra. Por isso mesmo, acarreta uma série de questões sociais.

Por esta análise, verifica-se que há uma tendência à uniformização das proporções de capital e trabalho empregados no centro e na periferia. Contudo ela nunca é alcançada porque o centro tem sempre os setores de ponta. Na indústria automobilística, por exemplo, há um certo equilíbrio das proporções do capital e do trabalho qualificado empregados em um e outro (não no setor da pesquisa da indústria automobilística, cuja predominância é, sobretudo, norte-americana, além de européia e japonesa).

O que ocorre com esta tendência à uniformização, chamada por certos autores de uniformização da composição orgânica do capital, isto é, relação que existe entre o trabalho morto (equipamentos, compra de matérias-primas) e o trabalho "vivo".

Com esta tendência desencadeia-se o processo de integração em que as relações de trabalho capitalista tendem a penetrar em todos os ramos da produção, inclusive na agricultura .

Aparentemente teriam deixado de existir as condições para o intercâmbio desigual. O intercâmbio entre os países ou entre as regiões ficaria em pé de igualdade, com exceção, quem sabe, dos setores de avançada tecnologia em que funcionam preços de monopólio, os quais permanecem muito concentrados no centro do sistema.

Mas, mesmo na fase de integração, segundo LIPIETZ continuam a existir mecanismos de intercâmbio desigual: intercâmbio desigual no sentido estrito. Esse mecanismo decorre da fase anterior em que havia efetivamente uma migração de valor trabalho da periferia para o centro do sistema. Como consequência ocorria uma queda de salário dos operários da periferia decorrente de uma dificuldade de auto-acumulação. Os capitais de proprietários nacionais passam a ser empregados fora do país por falta de condições de rentabilidade. Internamente, o mesmo mecanismo faz com que capitais acumulados numa região sejam transferidos para outra de maior rentabilidade. Exemplo brasileiro: do Nordeste e da Amazônia para o Sudeste, facilitado pela não existência de barreiras das leis nacionais.

À "exploração" do capitalismo por capitalistas, contida nos mecanismos de intercâmbio desigual no sentido amplo, implica na intensificação da exploração do capitalista da periferia em relação aos

seus trabalhadores, através da pressão sobre o salário. Enfim, historicamente, leva à reprodução da mão-de-obra a custos menores. Uma parte significativa desta mão de obra é reproduzida, aliás fora do modo de produção capitalista, no campo, através da agricultura de subsistência com venda de excedentes. Aí o homem chega à idade de trabalho fora do sistema, portanto, uma parte do custo não é atribuível ao modo de produção capitalista. Este fato, mais a pressão sobre os salários exercida pela migração rural-urbana, através da lei da oferta e da procura, rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho. Levam, mesmo quando se nivela a composição orgânica do capital, ao intercâmbio desigual no sentido estrito por um mecanismo descrito por LIPIETZ da seguinte forma: o trabalho industrial, num país dependente leva uma dupla existência. Ele é um produtor do valor internacional porque, efetivamente, existe um mercado internacional que está construindo um valor internacional, que é um valor econômico, não ético. Ao mesmo tempo é um consumidor de padrão muito menos expressivo que o trabalhador que executa a mesma tarefa no centro do sistema. Exemplo: o trabalhador brasileiro da Volkswagen apesar de, internamente, receber salários continuamente elevados e diferenciados dentro da classe operária, ganha muito menos que o trabalhador alemão, executando exatamente o mesmo trabalho. Isto leva novamente ao estabelecimento do mecanismo de intercâmbio desigual que se dá nas trocas, na remessa de lucros, no pagamento do empréstimo feitos no exterior para o desenvolvimento econômico.

Através deste quadro geral simplificado deste mecanismo, observa-se uma repercussão geográfica imediata, porque já diferencia países, e regiões de países.

Nas Américas podemos encontrar outros mecanismos econômicos que diferenciam geograficamente a organização do território dos EUA, de um lado, e dos países dependentes de outro. *Devemos lembrar, de início, que o espaço se estrutura como produto e como condição.*

Como produto ele reflete historicamente a estrutura socio-econômica e como condição, ele é causa da reprodução desta mesma estrutura sócio-econômica. De resto, o espaço social é produzido porque os homens, ao produzirem (casas, cidades, etc.) entram em contato com as mais variadas formas da matéria. E todas as formas da matéria tem, necessariamente, como uma de suas propriedades, o espaço que ela ocupa, ou o espaço de relação que nela está contido internamente.

Partindo do pressuposto de que, para o entendimento geográfico das Américas, é necessário partir do movimento principal que corresponde à potência econômica mais significativa com o que se relaciona, não de forma mecânica, diga-se, o principal poderio político militar, devemos principiar pois pelos EUA e seu complemento imediato, o Canadá.

De onde provém o poderio com que os EUA saem ao fim da 2ª Guerra Mundial, poderio este que o leva à condição de centro do capitalismo mundial, de nação fundamental para a sua preservação e desenvolvimento?

Uma parte deste poderio decorre dos resultados imediatos da guerra. Como destaca FURTADO, os EUA ficaram com seu território preservado durante a guerra. Sentiram os efeitos da guerra, porém, dentro do mundo capitalista, saíram com desvantagens menores, e conseguiram as vantagens. Parte considerável das forças produtivas dos territórios capitalistas mundiais foi destruída na Alemanha, França, Japão, Inglaterra, etc.. A Segunda Guerra afetou sobretudo as regiões mundiais capitalistas, ainda que a União Soviética tenha também sido atingida.

Mas, a potência dos EUA decorre de uma situação capitalista anterior, da Primeira Grande Guerra, quando começa a se abrir para o exterior e sobretudo depois da Segunda Guerra. Esta potência não tem a mesma origem daquela da Inglaterra, porque, ainda que o desenvolvimento da Inglaterra seja do tipo auto-sustentado, ela dependeu muito mais de seu império colonial, dada a impossibilidade de um desenvolvimento autárquico, tanto no que se refere ao suprimento de matérias primas e produtos alimentícios, quanto à realização final do lucro. O suprimento de matérias primas e produtos alimentícios é um elemento fundamental do custo de produção. Sua abundância e barateamento levam ao aumento da margem de lucros porque diminui o custo de reprodução da força de trabalho. Os EUA conseguiram tudo isto internamente.

A condição essencial não foi o seu vasto território e a presença de sua riqueza mineral, pois, as duas matérias primas — carvão e minério de ferro — são motores da 1ª fase da revolução industrial.

Essa condição teve importância para a forma autárquica de desenvolvimento, sendo uma condição objetiva, mas, não suficiente.

Reportando-nos à história colonial americana salientamos a formação de uma classe burguesa no NE dos EUA, que estabeleceu um mecanismo mercantilista de acumulação primitiva.

Acumulou riqueza num comércio triangular que envolvia: o NE, o Sul —efetivamente a região mais avançada, das grandes lavouras e dos grandes negócios — e a América Central¹. O vasto território de solos férteis e a abundância da matéria prima forneciam as condições de barateamento dos alimentos e dos objetos de trabalho. Da força dos EUA de Nordeste e das suas possibilidades internas e externas, decorre a unificação de um vasto mercado nacional. Lembremos que:

1) a independência norte-americana foi feita no início da Revolução industrial e representou uma vitória sobre a Inglaterra — para onde estava se deslocando o centro do capitalismo mundial;

2) o domínio político da burguesia industrial dos EUA se afirmará na Guerra da Secessão em que são submetidos os grupos dominantes do Sul que não se apoiaram na produção avançada capitalista;

3) a expressão territorial dos EUA no século XIX deu-se, varrendo os interesses franceses e espanhóis de seu território, anexando grande parte do México, etc. . .

Porém, não há capital sem trabalho. Os trabalhadores em abundância vieram da própria Europa como decorrência dos efeitos do desenvolvimento do capitalismo na sua periferia, das regiões menos desenvolvidas da Itália, Alemanha, Espanha, Irlanda.

Qual o significado da possibilidade da formação de um amplo mercado nacional, de dimensão não existente em qualquer outro país capitalista, hoje, ou no próprio começo do século? Qual o seu significado numa economia capitalista concorrencial? Em nenhum ponto do mundo capitalista a concorrência se aguçou tanto como nos EUA, onde o fenômeno da concentração —o *trust*— surge precocemente como resultado da concorrência, sendo levado posteriormente aos países europeus. Nos EUA o vasto mercado e a concorrência permitiram rapidamente a concentração das escalas de produção. Uma das formas mais expressivas da competição era a busca de setores de ponta com nova tecnologia e nos setores já implantados, a substituição por nova tecnologia revista e melhorada para baratear os custos e provocar o aumento da produtividade. Essa brutal acumulação de riqueza não dependeu fundamentalmente do mundo exterior, tanto que o peso do comércio na formação do PNB dos EUA foi muito baixo até recentemente. As proporções da concentração do ca-

¹ O comércio era triangular em termos. Saía da costa NE nos EUA, carregado de mercadorias. Na América Central (produção de açúcar, melão, rum) comerciava de ilha em ilha, voltando abarrotado de mercadorias com valor adicional brutal. Era, portanto, um roteiro de compras e vendas.

pital nos EUA, no começo do século, não têm rival no mundo capitalista.

Assim podemos ver que a História não se faz apenas com um desenrolar inevitável de uma lógica contida numa estrutura. A História se faz por uma síntese desta lógica e da interferência do ocasional. Sabemos, por exemplo, da relação que existe entre as crises (ou guerras e a industrialização brasileira. Ela não seria um produto necessário da expansão do capitalismo; as guerras, as crises criaram condições favoráveis ou desfavoráveis para o apressamento do ritmo. Também a entrada mais brutal da economia norte-americana na economia capitalista mundial, foi uma questão de oportunidade criada pela Primeira Guerra.

A Segunda Guerra criou condições ainda mais favorável e cada vez mais necessárias: era preciso sair dos EUA para continuar a acumulação. A expansão econômica acompanha uma expansão política. A expansão econômica não se faz sem força política. Ela pode assumir a forma de uma guerra e/ou da diplomacia, e/ou outra forma de pressão. Dá-se a ampliação do papel político dos EUA no mundo capitalista e no mundo em confronto surgido da Segunda Guerra: é um mundo bipolarizado. A primeira necessidade que os EUA enfrentaram foi a de reconstruir o mercado exterior, reconstituindo aliados. A Segunda Guerra foi um conflito inter-imperialista, antes de mais nada. Mas o seu resultado, foi a possibilidade da expansão de uma força (a URSS), que poderia inclusive restringir a dimensão mundial do capitalismo.

Para expandir o mercado era necessário que esses países continuassem na esfera do capitalismo: os EUA eram o único país com condições de financiar os seus soerguimento — o “milagre” alemão, o “milagre” japonês, o soerguimento da Europa.

Com os EUA saindo da Segunda Guerra fortalecidos, criam imediatamente o seu contrário, devido à necessidade de fortalecer a recuperação da Europa e do Japão. É a partir daí que se questiona a hegemonia econômica e política norte-americana e começam a se constituir os elementos da atual crise norte-americana. Crise de um gigante.

Essa crise, que atinge a economia interna norte-americana, é fundamental para entender o desenvolvimento recente da sua economia, da sua indústria em particular, inclusive no que diz respeito à sua reestruturação territorial.

A necessidade de reconstruir a Europa e o Japão é, ao mesmo tempo estratégica e econômica, a fim de criar mercados sobretudo para o setor da produção de bens de capital. Mas uma série de problemas econômicos estão tornando cada vez mais necessários certos tipos de distribuição funcional e territorial na estrutura da economia. Por exemplo de forma simples, citando apenas o mecanismo dos custos comparativos: cada vez mais, os EUA tendem a especializar-se nos setores avançados, o que lhes confere vantagens no comércio internacional. Sendo também uma necessidade da própria elevação do custo de reprodução da sua força de trabalho, cada vez mais alta devido à sua qualificação, custo social e não social da sua formação. O trabalho encarece; há que empregá-lo em setores onde permita a obtenção de lucros. Criam-se assim mecanismo de distribuição geográfica dos ramos menos avançados da indústria.

Essa distribuição assume inicialmente a forma de distribuição interna, no próprio território americano, explicando a industrialização no sul dos EUA, por exemplo. Assume também um processo de distribuição externa que tem o caráter de exportação de capitais, e de empresas — implantação de filiais de empresas norte-americanas em todos os países do mundo capitalista. É claro que a forma não é indiferenciada: há uma exportação maciça da fábricas para a Europa, em particular. É menor para o Japão, dada a natureza do capitalismo japonês.

Quanto à América Latina a penetração maciça se faz nos países cuja industrialização anterior já havia criado condições econômicas estruturais para uma nova fase de industrialização. É o caso do México, Argentina e Brasil.

Contudo, a industrialização do próprio mundo dependente é generalizada. Em cada país da América Latina de per si estará sempre ocorrendo um processo de industrialização, que adquire um papel cada vez mais significativo no conjunto da economia. Ele é diferenciado pelas próprias potencialidades criadas na História econômica de cada país. Assim, a industrialização pré-Segunda Guerra Mundial, do Brasil ou, México difere da industrialização do Peru ou da Venezuela.

Há outros mecanismos mais complexos que estão promovendo certos tipos de comportamento das grandes empresas industriais norte-americanas ou do mundo capitalista. VERNON chama-os de "ciclo do produto" e LIPIETZ fala em "circuito do ramo". Numa linguagem mais próxima da Geografia e que, inclusive, explora a Geografia para explicação do processo, FURTADO fala em "conglô-

meração". Aliás, uma coisa não exclui a outra. A "conglomeración" e os mecanismos do "circuito do ramo" ou "produto" estão, ambos levando à dispersão geográfica da indústria, tanto no interior dos EUA, como pelo mundo capitalista.

A "conglomeración" é uma nova forma de concentração de capital, concentração de empresas, que só foi possível quando, dentro da estrutura de circulação do capital, se diferenciou, nitidamente, o capital financeiro. Para observar como ela se diferencia das concentrações clássicas e qual a sua lógica, leia-se FURTADO, obra já citada. A lógica da empresa na conglomeración é atuar nos mais diversificados ramos da produção. Produz-se desde helicópteros até galinhas tendo um único centro de decisões; um holding financeiro. Também faz parte da lógica do "conglomerado" a distribuição territorial mais ampla possível das unidades de produção dessas empresas: dentro do país e entre vários países. As lógicas da concentração, até então eram outras: as chamadas concentração horizontal e concentração vertical. Concentração horizontal refere-se ao domínio máximo das unidades fabris, que trabalham no mesmo ramo; abrangendo o domínio do mercado através do domínio da produção desse ramo. A concentração vertical tem como lógica um domínio suficiente das várias atividades produtivas que entram, tecnicamente, na elaboração de um produto final. Lembremos o caso da Ford: desde a borracha dos pneus (Fordlândia) até a montagem final de automóveis.

Por que a lógica da concentração clássica não satisfaz mais o capitalismo avançado?

Porque é uma lógica muito vulnerável às crises. Assim como o essencial do capital de um grupo de empresas estava concentrado no setor da produção ou num setor integrado da produção, quando advinha a crise naquele setor, atingia a empresa toda. Quando se desencadeia a crise capitalista, ela é geral, mas não atinge ao mesmo tempo, nos mesmos lugares, no mesmo nível todos os ramos de produção, como se fosse um mecanismo em cadeia. Essa lógica não é conveniente para enfrentar as crises. Como diz FURTADO não é uma lógica para enfrentar o capitalismo pós-cíclico.

A crise é inerente ao capitalismo, nela própria surge a solução. O capitalismo pós-cíclico não acabou com a crise. Ela é uma lei objetiva do funcionamento do capitalismo. As grandes empresas capitalistas e o Estado têm hoje uma grande capacidade de controle e organização sobre si mesmas e sobre as crises. Nesse sentido, uma das respostas mais eficientes é o *conglomerado*, que só foi possível quando se resolveram problemas essenciais de organização: há, sem dú-

vida, uma relação muito estreita entre o conglomerado e o computador.

A possibilidade de coordenação cria uma lógica mais vantajosa para enfrentar a crise: cria uma lógica funcional e uma lógica territorial, porque a localização adequada da criação de galinhas, por exemplo, não é a mesma produção de helicópteros. Há uma lógica que é imediatamente geográfica: a dispersão das atividades empresariais, pois, se a crise não atinge de imediato todos os ramos da produção, também não atinge todos os locais. Principalmente, quando estes locais estão em outros países em que há sempre a possibilidade de se adotar uma política nacional em relação à crise.

Há também o fato das economias serem diferenciadas, o que provoca uma penetração diferenciada da crise.

Esta lógica de dispersão dos investimentos — dispersão funcional e dispersão geográfica — é muito mais adequada para o controle da crise. É uma resposta a este mecanismo de crise que se desencadeia de forma cíclica. Também há as crises cuja natureza não é imediatamente econômica, ou que se revelam através de manifestações políticas. As perdas advindas de manifestações políticas nacionalistas que prejudicam os capitais investidos num país, entram no custo geral. A lógica não é a da maximização do lucro ideal; é a maximização do lucro historicamente possível. Certas perdas em certos tipos de atividades são compensadas por lucros maiores em outras; certas perdas, em certos países (ou certas regiões), são compensadas por ganhos maiores em outros (ou em outras).

Há outras lógicas que não substituí totalmente a analisada acima e que tem uma resposta imediatamente geográfica nos chamados “circuitos do ramo” ou no “ciclo do produto”.

Quanto ao *Ciclo do produto*, podemos dizer que há uma tendência inevitável de avanço tecnológico, de perseguição constante dos setores de ponta, que LIPIETZ chama de “revolucionarização constante do valor”. Essa tendência provoca alteração constante da produtividade e conseqüentemente atinge o mercado de trabalho, provocando uma tendência à divisão do trabalho. No mundo capitalista atual o panorama concreto é o seguinte: os EUA tem o quase monopólio nos setores de ponta, ainda que eles ocorram na Europa e no Japão. Contudo é nos EUA que se concentra a base essencial da pesquisa e desenvolvimento que permitem de forma mais rápida e econômica, a resposta tecnológica para a subversão ou renovação dos processos produtivos e dos lucros deles resultantes.

Em alguns países de meio industrial muito denso com economias de escala e de aglomeração e mão de obra suficientemente sofisticada, são distribuídos e implantados certos setores de ramos industriais ou ramos inteiros. Neles o trabalho não é banalizado. É o caso da Europa industrializada, do Japão e talvez em certos setores, do Brasil². Finalmente, há uma tendência em que os ramos mais banalizados têm de maior dispersão e que encontra contrapartida nos países que os recebem :mercado de consumo, mão-de-obra barata e abundante, mesmo sem ser qualificada, porque o trabalho está banalizado. Este mecanismo afeta o mundo e as regiões diferenciadas, sobretudo em países em que há "desequilíbrios regionais" (Exemplo da Itália e da França). Cria-se portanto, uma Geografia Internacional e uma Geografia Regional.

Dentro da lógica do ciclo de VERNON, quando é criada uma tecnologia e aplicada na produção, ela é de forma muito concentrada. Exemplos conhecidos são os da xerox e os dos transístores, que, de início, só os EUA têm. Do domínio da produção, passa-se para a difusão do seu consumo, cria-se a necessidade característica do capitalismo monopolista e começa-se a vender-se na Europa e Japão. Estes têm as condições para implantar o mecanismo de substituição de importações, têm forças econômicas e políticas para estabelecer mecanismo de proteção para a sua indústria.

Surgem empresas européias e japonesas do ramo e os próprios EUA aí implantam filiais para disputar o mercado.

Depois, quando esse setor da produção se estandariza e se banaliza, quando o mercado continua a crescer, porém não no mesmo ritmo, as empresas americanas, européias, japonesas, passam a disputar a implantação nos outros países. Talvez as empresas americanas tenham nessa expansão, maiores facilidades de ser as primeiras, o que é cada vez mais discutível. A teoria do ciclo de VERNON é uma teoria no tempo: é o movimento no tempo, que vai levando, em vaga, as etapas da industrialização, por meio da indústria de substituição de importações.

Segundo LIPIETZ, a realidade capitalista contida no conglomerado ou no funcionamento geral da economia é mais complexa. Há

2 Estes últimos não desaparecem totalmente nos EUA por uma razão social. Grupos sociais-capitalistas ou trabalhadores desses ramos criam pressões no sentido de preservar seus interesses. As questões regionais estão envolvidas neste último caso: a Nova Inglaterra ou regiões industriais em que predominam ramos tradicionais como os têxteis estão constantemente em crise e aí se agudizam as questões regionais que, aliás, interessam à Geografia. Continuarão tradicionais e existindo nos EUA e na Europa.

uma tendência para que este movimento não seja no tempo; este tipo de distribuição funcional da produção pode implantar-se ex-abrupto, num só momento. Sua lógica é a seguinte: implanta-se o trabalho tecnicamente avançado, restrito a certos centros, sobretudo nos EUA. Há uma certa dispersão do trabalho menos banalizado e uma dispersão maior do trabalho banalizado, sendo que ela não é apenas uma questão de atendimento de cada mercado nacional. Hong-Kong, Coreia do Sul, Filipinas ou Manaus produzem transistores para todo o mercado mundial, inclusive o norte-americano e europeu. A lógica é diferente: o mecanismo funciona sincrônica e simultaneamente, não em sequência ao tempo e atinge todo o ramo da produção. O progresso tecnológico envolvendo o transistores está sendo feito nos EUA; ao mesmo tempo, certas peças estão sendo feitas no Japão, na Europa, nos EUA e está sendo apenas montada em Singapura, na zona franca de Manaus, etc. Este é um bom exemplo para mostrar, neste mecanismo, uma relação muito estreita com a natureza aparecendo como externa. Há uma lógica interna da acumulação capitalista. É claro que se conta com a natureza, na medida em que as matérias primas precisam ter acesso aos setores onde são semi elaborados, e daí transportadas. Contudo, uma mesma fábrica, em Manaus ou na Coreia do Sul, pode produzir cinco produtos, sendo que, um produto pode ter um mercado que nada tem a ver com o outro, em escala mundial.

Do ponto de vista econômico, entre outras razões, além de enfrentar as crises, é fruto de certas resoluções tecnológicas e do trabalho contido no produto. Lembramos que, quanto mais trabalho se incorpora ao produto, menor é nele, o "peso" das matérias primas. Consequentemente, maiores as possibilidades de concentração geográfica do trabalho, longe das matérias primas. Mesmo porque produtos com muito trabalho ou muito capital acumulado no seu final, suportam melhor o custo do transporte. Isto dá mais liberdade de movimentação do produto e de sua localização, libera-a de certos contrangimentos e cria outros, que são do meio industrial. Assim, por exemplo, ninguém nega que a extraordinária concentração industrial dos EUA de Nordeste, na sua fase de implantação, está fundamentalmente relacionada com a proximidade das jazidas de carvão e de minério de ferro, bem como a distância econômica dos Grandes Lagos. Estas são razões históricas, hoje, a siderurgia, já não é um ramo fundamental da economia norte-americana e nem usa de forma significativa, o minério dessa área. Hoje, a renovação tecnológica intensa e a mão de obra qualificada através do ensino nessa área, etc, explicam o desenvolvimento da intensidade de concentração industrial.

Há também um progresso extraordinário nos meios de transporte e circulação com o barateamento e aumento da produtividade. Ao mesmo tempo que diminuí a incidência da matéria prima e do transporte no custo final, o próprio transporte se barateia, diminuindo a sua incidência. Por isso, a Geografia Industrial da 1ª fase da Revolução Industrial é uma e a Geografia Industrial das outras fases é outra (Ver GEORGE — Geografia Econômica — A ação do homem).

A própria lógica do desenvolvimento do capitalismo americano criou as suas dificuldades porque criou a concorrência (a concorrência japonesa, a européia e dentro dela a alemã). Contudo, não é possível entender a crise apenas pela concorrência externa. Esta cria as condições para agudizar a situação interna que levam a um bloqueio das possibilidades de investimentos lucrativos dentro dos EUA com a saturação do mercado. A saída política do Partido Democrata com Kennedy e Johnson foi a tentativa de construir a "Grande Sociedade": incorporar no nível de consumo mais elevado a massa das chamadas minorias norte-americanas. O custo dessa incorporação envolvia: a) custo de capital; b) possibilidade de custos sociais pelas crises desencadeadas, pois deu-se vazão à forças sociais cujo controle não se pôde prever (como diz FURTADO: Kennedy desatarrachou a tampa. Coube a Nixon recolocá-la). A nova dimensão da incorporação dessas minorias na economia norte-americana teria dois problemas de imediato: 1) só seria possível pela resolução da divisão ideológica, existente entre os trabalhadores americanos, devido ao racismo; 2) a incorporação maciça dessas minorias em outro nível de consumo, provocaria o desaparecimento do chamado "exército de reserva interno". Se o desemprego estrutural norte-americano que oscila entre 5% e 7% da população ativa é absorvido, haverá uma pressão muito grande do trabalho sobre o capital. O desemprego estrutural pressiona o trabalho. Os termos da lei da oferta e procura entre o empregador e emprego são alterados. Esse era um custo muito elevado que os EUA não conseguiram jogar por causa de suas condições externas: os compromissos políticos-militares no mundo todo constituem um grande gasto, ainda que autores como FAIRE afirmem que a guerra do Vietnã foi, em grande parte, indiretamente financiada pela Europa e Japão; os EUA emitiam papel moeda dólar num valor que não estava mais relacionado com seu valor real. Ainda que isto tenha acontecido, os gastos militares norte-americanos eram equilibrados por uma balança de pagamentos positiva. Esta situação perdurou até meados da década dos 60, quando a tendência mudou e, no começo da década de 70, o saldo passou a ser negativo.

O saldo negativo da balança de pagamento cria duas dificuldades: a) a de ampliação dos investimentos norte-americanos no exterior, lembrando que a remessa de uma parte desses lucros criava as condições internas para o financiamento da pesquisa de desenvolvimento que mantinha a supremacia econômica dos EUA. Para impedir que isto acontecesse dificultam a progressão desses investimentos, sobretudo na Europa e no Japão, e não tanto nos países dependentes. O que é importante para entender as relações com a América Latina, para a qual os EUA se voltam mais nesta fase de redivisão do mundo subdesenvolvido entre os países industriais concorrentes. A África cabe mais à Europa; e Ásia e a Austrália ao Japão e as Américas aos EUA, mas mesmo aqui ele é muito questionado. A contrapartida desta redivisão mundial é de que os países que estão querendo se expandir encontram brechas e as aproveitam (Brasil, Índia, Oriente Médio). Nesta situação a pressão externa também tem sua parte de responsabilidade. b) há uma crise interna que dificulta a acumulação interna de capitais. A acumulação tem que ser realizada fora e a sua remessa tem que ser rápida para que o setor de ponta progrida antes que o dos europeus e japoneses. Portanto, é fundamental ou o retorno dos lucros das empresas norte-americanas no exterior, ou uma balança de pagamentos favorável. Face à situação interna e a concorrência externa essas condições não tem podido se realizar. A resposta norte-americana começou em 71 com a desvalorização do dólar, a um nível que ainda o mantinha competitivo para investimentos no exterior, e o aumento do preço do petróleo. Os EUA beneficiam-se indiretamente desse aumento porque criam problemas com seus concorrentes, pois grande parte dos lucros da venda de petróleo está nas mãos de grandes empresas norte-americanas. Esta situação cria condições de viabilidade econômica para expansão da própria economia petrolífera dentro dos EUA.

FAIRE escreveu que a partir do limite de US\$ 8,00/barril, seria possível expandir a produção de petróleo nos EUA, no Alaska, no Mar do Norte (Shell), na plataforma continental dos EUA, além de viabilizar de novos os poços economicamente menos rentáveis, do continente e menos competitivos em relação aos poços do Oriente Médio.

Portanto: os EUA não conseguiram solucionar a sua crise interna; o projeto da "Grande Sociedade" está muito afetado. Não tem havido maiores problemas porque continua havendo uma relação ainda funcional entre capital e trabalho (ainda que discutível), entre acumulação e consumo. A situação vem sendo mantida através da inflação, a qual questiona sempre a diferença positiva que o trabalhador consegue na negociação sindical. A inflação é usada cada

vez mais conscientemente para questionar imediatamente o ganho sindical e recompôr os termos de lucro e o pagamento da força de trabalho, que recompõe as condições de investimentos. Se a economia norte-americana não estivesse estagnada seu crescimento é muito mais baixo que o de todos os outros países capitalistas avançados — o problema não seria tão grave. Porém, qualquer redução em favor do trabalho questiona o seu crescimento.

A dificuldade para investir internamente na produção (e as empresas norte-americanas preferem investir fora) cria dificuldades para a renovação de seu parque industrial, diminuindo a produtividade da economia industrial norte-americana, sua grande vantagem, comparativamente, às economias européias e japonesas. Como consequência, os produtos industriais europeus e japoneses, vão concorrer dentro do próprio território dos EUA. O papel da desvalorização do dólar foi o de dificultar e limitar as importações, tendo sido acompanhada por pressões econômicas e diplomáticas, sobretudo, sobre o Japão, que é mais vulnerável à ação norte-americana.

Se o progresso do investimento de capitais é cada vez mais discutível, internamente, devido à concorrência dos investimentos europeus e japoneses, ele não é questionado na outra frente, a do mundo dependente e especialmente no setor da América Latina.

O reinvestimento de lucros na América Latina continuará desempenhando um papel-chave na situação geral dos EUA. FURTADO e outros lembram que cada vez mais, os investimentos norte-americanos nos países dependentes, são fruto da própria acumulação ocorrida nesses países. O aumento de investimentos em trânsito norte-americano nesses países não corresponde a um aumento de exportação de capitais para os EUA. Mesmo não conseguindo uma política eficiente de remessa de lucros, ela não é necessária, na medida em que os EUA não tem muitas condições de seu investimento interno ser de forma mais rentável.

Como esse processo, cuja base econômica diz respeito à lógica da acumulação de capital, provocou e está provocando transformações na Geografia dos EUA?

Os estudiosos dizem que hoje os EUA se homogeneizam. O capital monopolista domina todo o território, e em todos os setores de atividades se desenvolve o trabalho assalariado, o que, até muito recentemente, não acontecia. Assim, em 1960 o custo médio da mão de obra no sul dos EUA correspondia a 70% da média norte-americana. Em 1970, passou a representar 80%, e, neste ritmo, poderá chegar a 90%. Por conseqüente, está havendo homogeneização.

Há razões políticas que decorrem de razões econômicas. A força de organização dos trabalhadores na sua luta por melhores salários, ao mesmo tempo que é fruto de uma situação, cria condições de funcionamento do sistema. As indústrias que já estão banalizadas, são atraídas para os bolsões de mão-de-obra numerosa e barata, fato que ocorre dentro de um país e/ou para os países que oferecem essa condição. Desta forma, diminui a pressão sobre o mercado de trabalho porque os desempregados conseguem ocupar-se. FURTADO mostra que, nos países dependentes, a lógica da tecnologia importada é outra: poupa mão-de-obra. Como não absorve a massa de trabalhadores diretamente, cria um volume de desemprego não compatível do ponto de vista funcional, com as necessidades do exército de reserva regulador. Desencadeia-se um processo que não interessa sequer ao próprio desenvolvimento do sistema.

O sistema capitalista tem necessidade de manter na reserva uma parte da população ativa. Este é um dado estrutural da economia capitalista, ocorre nos próprios EUA.

Nos países dependentes capitalistas, também pelo impacto indireto da economia industrial capitalista sobre a agricultura (fatores: privatização da terra, desagregação da sociedade camponesa, melhoria das condições sanitárias, crescimento demográfico sem a correspondente absorção no mercado de trabalho industrial, etc) é criada, uma massa de desempregados, que deixaria de ser "funcional" como exército de reserva. O fenômeno é chamado por alguns de "marginalização e justificaria a política de controle familiar para, de novo, viabilizar o sistema.

2.2. As tendências de redistribuição territorial das atividades econômicas nos Estados Unidos

Analisando a composição do PNB dos EUA e do Brasil veremos que o chamado setor terciário pesa com mais da metade de todo o produto. Contudo, afirma-se que o setor industrial é fundamental, porque: a) as rendas geradas no setor terciário são derivadas da atividade produtiva industrial ou agrícola; b) o setor terciário engloba vasta gama de atividades, sendo a sua análise individual muito discutível. Por exemplo, as pesquisas em desenvolvimento, que guardam imediata e fundamental relação com a produção, pertencem ao setor quaternário, o mais avançado do terciário? E a administração privada e do Estado?

No que se refere às tendências gerais da economia norte-americana, há uma abertura para maior distribuição da produção indus-

trial. Em termos de macro-região, região Nordeste — desde os Grandes Lagos até Boston e Filadélfia — controla ainda mais da metade desse setor de produção, quase todo o poder de gestão das grandes empresas internacionais dos EUA. Como diz FAIRE: o Nordeste dos EUA basicamente não tem petróleo; mas todas as sedes das grandes empresas norte-americanas mundiais de petróleo estão em New York. Este é o mecanismo geográfico fundamental do capitalismo avançado: uma certa dispersão da atividade produtiva e uma brutal concentração geográfica do poder de gestão. Evidentemente, muito têm a ver com isso os progressos tecnológicos nas comunicações e na organização empresarial. Há também uma relação estreita entre a grande empresa privada e o Estado.

Há necessidade de um fluxo geográfico quando a capital política não coincide com o centro econômico fundamental (na Itália, é o ministro da Fazenda que vai a Milão; nos EUA ele sai de Washington para ir a New York).

Já para facilitar as economias externas, esta circulação tende a estreitar-se geograficamente, ainda que os meios de comunicação atuais permitam o funcionamento de uma capital moderna pró-capitalismo e uma voltada para a tradição. Mas a situação traz problemas.

A dispersão não é aleatória. Na verdade, é uma dispersão da concentração. Apenas alguns grandes polos recebem as indústrias nos EUA. Forma-se um “crescente periférico”, que vai de Seattle, no extremo NO do litoral Pacífico até a Foz do Mississippi, passando pela Califórnia a Texas.

Contudo, há uma dispersão, mas a velha região continua poderosa, recebendo investimentos. Lógica está contida no que os economistas chamam de economias externas e economias de aglomeração. As economias externas são de dois tipos: 1) as vantagens da localização, que advém de uma complementaridade técnica. A proximidade geográfica diminui custos, que não são contabilizados particularmente por cada empresa. SINGER esclarece que a empresa privada se implanta nas grandes aglomerações urbanas, para aproveitar as economias externas e transfere para o Estado as deseconomias que acaba criando: socializando as perdas. A aglomeração implica em economia de escala, mas implica também no seu contrário: o congestionamento, o entrave, a deseconomia. 2) Mais importante que a anterior são as economias de aglomeração: um vasto mercado de capitais, e de trabalho, infra-estruturas, serviços complementares mais ou menos sofisticados (serviços de reparação, administração, auditoria, propaganda, etc, etc.) que a cidade oferece como meio. A empre-

sa se insere neste espaço em função de uma mercadoria chamada solo, que varia em função da sua posição no contexto urbano e da própria natureza do terreno. Paga-se um preço que é compatível com o seu lucro, o que é válido para empresa industrial ou comercial.

A força dos locais de grande concentração industrial, formados na primeira fase da revolução industrial ou mais recentemente, decorre do meio que criaram, de um espaço social herdado.

De outra parte, tem fraqueza que advém das deseconomias, cujo resultado mais imediato é o crescimento da indústria para a periferia e a criação de uma nova forma urbana — a metrópole atual, que não tem o movimento pendular fundamental matutino da periferia para o centro e vespertino do centro para a periferia.

Nela, ainda funcionam mecanismos de atração e contenção. Aparecem contudo mecanismos de dispersão, cuja lógica advém do capital, na busca de bolsões de mão-de-obra barata, e de bolsões de mercado dos custos elevados da implantação nas velhas regiões etc., para sua expansão. Assim recompõe-se o nível de lucro que o capital está perdendo pela competição monopolística na velha região industrial.

A existência de condições objetivas, cada vez mais dadas pelas facilidades de comunicação e circulação, pelo menor peso das matérias primas e dos transportes no produto final condiciona o capitalismo. Assim, GEORGE frisa que certos tipos de determinação influem cada vez mais na localização industrial: a disponibilidade de existência de água, conforme o tipo de produção; empresários e trabalhadores altamente qualificados passam a residir em bairros ou cidades que oferecem um consumo de bens de serviços, compatível com seu padrão de vida.

A dispersão industrial nos EUA atende também a problemas políticos. A excessiva concentração das forças produtivas era muito pouco estratégica. De outra parte, o desequilíbrio regional provoca tensões internas: é um problema de contabilidade econômica, medida por conflitos sociais.

O Estado aciona deliberadamente mecanismos para promover a redistribuição (ofertas de terrenos gratuitos, isenção de impostos, etc.). Nos EUA as soluções deste tipo aparecem com antecipação.

Há, assim, uma dispersão industrial que homogeneiza cada vez mais o território, que se faz tanto nos ramos velhos quanto nos novos. Talvez mais nestes últimos, desde que atendida a existência de um

meio urbano industrial com proporções adequadas para o consumo de uma classe operária cada vez mais sofisticada.

Segundo TRITIGNON, a agricultura é hoje, certamente, um dos setores mais dinâmicos da economia norte-americana. Recentemente, ela vem incorporando capital maciçamente. A expressão, usada há cerca de 130 anos, de que a agricultura, sob o capitalismo industrial, é cada vez mais um ramo da indústria, desenvolve-se amplamente nos EUA. Independe, *latu sensu*, do solo, pelos menos, do solo local. A criação de animais é uma empresa fabril. A produção agrícola norte-americana é extraordinariamente excedentária, o que representa uma das forças do capitalismo norte-americano. Ligado à abundância de matérias primas e de alimentos baratos, representando também uma grande expressão da sua pauta de exportações e, portanto, uma das forças das suas relações externas. Nem por isso, deixa de ser um setor em crise permanente. Setor cujos níveis de produção jamais poderiam ser entendidos numa economia concorrencial, sendo mantidos pelas formas mais variadas de intervenção do Estado.

Este fato atenua, mas não acaba com a concorrência, a concorrência direta no próprio setor (a concorrência da agricultura no conjunto da economia). Nesse sentido, há um aprofundamento do grande capitalismo no campo norte-americano, com empresas cada vez mais gigantescas.

Contraditóriamente, os arrendatários desaparecem e o número de proprietários aumenta. Contudo, o proprietário individual é cada vez mais um verdadeiro assalariado. Depende totalmente do crédito. A sua propriedade, do ponto de vista jurídico, é do banco, hipotecada, ou da grande empresa, da qual recebe financiamento para produzir o que lhes interessa.

O mecanismo geral é a concentração vertical da grande empresa agro-alimentar: produzir, transformar, vender. No Brasil, alguns exemplos podem ser encontrados no Sudeste. Nos EUA, dadas as proporções do fenômeno, aumenta extraordinariamente a concentração e a produtividade e, em consequência, há abundância de excedentes. O Estado abarrota os silos, vende, mas não pode inundar o mercado mundial para não provocar crise. Os mecanismos encontrados são: a doação (não entra no circuito do mercado e recompõe os níveis de preços), a compra de terras para reflorestamento e o sistema do prêmios e incentivos (aos que deixam as terras em descanso).

A Geografia Agrícola é afetada pela redefinição de seleção de solos, pela sua posição em relação aos mercados. É como uma volta

à Geografia da Natureza; impõe-se a sua diversidade objetiva. Há uma redefinição da Geografia Regional Agrícola, devido ao aumento da complexidade regional da agricultura; os "belts" tendem a desaparecer. A produção é industrializada; aumentam as várias formas de pecuária na economia norte-americana. Parte da produção agrícola destina-se à alimentação do gado. As regiões, sobretudo a mais importante, a central, apresenta uma diversidade de culturas; se bem que haja especialização ao nível da propriedade individual.

Talvez, no seu significado social, uma das transformações mais significativas foi a da agricultura do Sul. Na economia algodoeira, hoje essencialmente mecanizada, tende a desaparecer a relação fundamental de produção entre o grande proprietário e os parceiros, negros ou brancos pobres. Eles fluem para as cidades, geralmente do Nordeste, em busca de melhores salários.

3. As condições da industrialização e as tendências da distribuição das atividades econômicas na América Latina, no pós-guerra.

CASTRO, CANO, e outros autores, fazendo alusão direta a FURTADO, que refere à industrialização da América Latina dizendo que ela se intensifica após a Segunda Grande Guerra, mostram que em 1930, a substituição da importação de bens banais (alimentícios e têxteis) já havia sido feita. Do ponto de vista político, a partir de 30, a burguesia industrial passa a ter papel dominante ou, pelo menos, a dividi-lo com a burguesia rural.

A industrialização e a urbanização da Argentina são anteriores à brasileira, e os problemas políticos decorrentes também (o peronismo). Quando acaba a guerra, a capacidade de importar é diferente entre os vários latino-americanos porque o dinamismo das economias agrário-exportadoras não é o mesmo. Além disso, outra diferenciação é dada pelo estágio do desenvolvimento industrial: de uma parte o passado histórico — o espaço social herdado que condiciona o avanço seguinte. Países como o México, Argentina e Brasil têm condições de receber o segundo nível da estrutura industrial. Lembramos que se bem que Volta Redonda seja um marco fundamental na indústria siderúrgica brasileira, a Belgo-Mineira e as indústrias químicas de base de São Paulo a precedem na fase da criação das indústrias de base. Sua implantação decorre de outras partes, antes de mais nada, do mercado desenvolvido a partir da indústria de substituição de importações de bens de consumo.

Cabe rebater a afirmação de AMIN de que a substituição de importações nos países dependentes começa pelos bens de luxo; no

Brasil ele está acabando por estes bens. A etapa significativa que se desenvolve após 1955 está calcada num complexo em que as indústrias de bens de consumo duráveis são mais valorizadas do que as novas indústrias de bens de capital. As indústrias automobilísticas, de eletro-domésticos, de aparelhos eletrônicos têm maior expansão que a petroquímica.

A dimensão do mercado potencial é fundamental para a sua expansão. Portanto, dada a limitação do mercado potencial argentino, ainda que do ponto de vista qualitativo ele seja superior, as perspectivas futuras de desenvolvimento industrial no Brasil são mais favoráveis.

Por que a afirmação de que, na América Latina, há uma determinação muito mais significativa da diversidade da natureza, da sua riqueza e da sua pobreza sobre a economia?

Porque essa determinação é um produto da acumulação de tecnologia, da acumulação de capital que é menor da América Latina, pois: a) boa parte dos países tem economia agrícola pouco avançada; b) boa parte da industrialização é ligada à transformação simples de produtos agrícolas e mineiros; c) boa parte da industrialização não é feita com acréscimo significativo de capital e de trabalho qualificado. É evidente que a variação objetiva da natureza, facilitando ou dificultando a produtividade do trabalho, bem como a variação objetiva da distância em relação aos grandes focos de concentração da economia em relação aos pontos de exportação (a distância real, transformada em tempo e custo de transporte) afetava a economia de forma mais significativa na América Latina do que na norte-americana. CLAVAL diria que o território norte-americano, do ponto de vista de atividades econômicas, é muito mais transparente; há menos barreiras, representadas pela distância e custos de transporte.

Tratando do outro termo da relação, a caracterização da América Latina pode ser dada por: 1) Alguns autores como LIPIETZ e AMIN consideram o seu desenvolvimento extravertido, desenvolvimento industrial voltado para fora, com vínculos externo decorrente da dependência de dois tipos de capitais — capital financeiro e capital de engenharia (tecnologia). É formada por países ditos dependentes ou subdesenvolvidos, com economias desarticuladas, que não têm, internamente, os motores da sua reprodução ampliada. Devido aos mecanismos de intercâmbio desigual, uma parte considerável dos resultados do seu PNB é transferida para o exterior, sob a forma de remessa de lucros. Dá-se assim uma diminuição dos lucros do capitalismo dentro do país (não necessariamente nacional), pro-

vocando a pressão sobre o outro termo da relação — o salário. De outro lado, não se expande a massa de consumo dessas economias, não se reproduz no ritmo da massa do consumo das economias avançadas. Por isso afirma LIPIETZ que o operário, nos países dependentes leva uma dupla existência: participa da produção do valor internacional do trabalho, mas, enquanto consumidor, é rebaixado. Consome muito menos que o operário dos países desenvolvidos, o que repercute sobre a acumulação interna e a sua ampliação. FURTADO insiste sobre os seus reflexos na política econômica dos países dependentes desde que no processo histórico, enfraquece a autonomia interna, a capacidade de decisão política, para criar barreiras ao funcionamento “natural” desse mecanismo (“natural” no sentido do funcionamento de leis econômicas objetivas). Lembrando que a caracterização da América Latina é feita pelos autores citados, como uma unidade, o que não significa que, sustentar a unidade, seja negar a diversidade e ou buscá-la.

2) A capacidade de consumo da massa assalariada é mantida baixa. Existe todavia um consumo relativamente elevado, que pode ter o nível daqueles dos países avançados no que se refere ao conjunto das suas classes dominantes e daqueles setores da sociedade que, pelo papel que desempenham na economia e na política, recebem parte significativa da renda social. LIPIETZ sustenta que este consumo acionará industrialização da América Latina, através do mecanismo de substituição da importação dos produtos de luxo. Parece-nos que essa observação se refere à realidade africana, talvez a asiática, mais estudada pelos europeus. Não é o caso brasileiro, em que a industrialização se iniciou pela produção de bens de consumo banais. Esses autores apontam uma transformação estrutural nas classes dominantes. Em substituição às classes dominantes do campo, que são as mesmas em toda a América Latina — aparece uma burguesia interna, inicialmente nacional, estreitamente associada à tecno-burocracia do Estado na doutrinação social e à gestão das empresas estrangeiras que controla boa parte do parque industrial.

3) LIPIETZ destaca que o setor primário da economia da América Latina continua sendo o fundamental (seu trabalho é recente, de 1970). Observação adequada aos países da América Central e alguns do Sul, mas não ao Brasil, Argentina e México; lembramos que “ou nós mudamos os termos da teoria da dependência, para torná-la instrumento de análise satisfatória para o conhecimento da realidade”, ou esses países da América Latina já não são mais dependentes. Estão se constituindo em componentes nacionais do centro do sistema, já que a teoria pressupõe que: o que não é periferia, é centro.

A América Latina saiu, no pós segunda grande guerra, (em grande parte, pelo menos), com grandes vantagens na sua balança de pagamento. Contudo, dado o extraordinário avanço da industrialização mundial e, talvez, o processo da política econômica, há uma relativa e progressiva queda do significado do comércio de matérias primas e dos gêneros alimentícios no comércio internacional. Rapidamente, os excedentes são perdidos. Em 1950, no Brasil, por exemplo, os termos já estão trocados. Como afirma FURTADO: a abundância de divisas facilitou a importação de produtos industrializados, cortando a industrialização brasileira no pós-guerra. Talvez a explicação desse fenômeno para a América Latina não deve ser encontrada apenas no mecanismo econômico. Convém lembrar que, no caso brasileiro, a pressão política se instala no fim da guerra. Seguramente sob pressão, é deslocado um governo nacionalista por outro que facilitou o desenvolvimento do intercâmbio internacional, sobretudo o norte-americano. Há também um mecanismo de pressão interna: dada a alta produtividade da indústria norte americana, o preço dos seus produtos é mais barato que o nacional. Havendo divisas para adquirí-los, as classes diretamente interessadas na sua aquisição que são as do campo — preferem importar. Qualquer mecanismo de proteção a indústria nacional proposto pela burguesia urbana é por elas combatido. A acumulação de divisas advinda da situação de superavit da balança comercial é desvantajosa para a industrialização interna, nesta fase caracterizada pelo mecanismo de substituição de importações. Esta dificuldade, no plano nacional, provoca o recesso das importações. FURTADO encaminha a análise do processo de industrialização para a deliberação consciente, por parte do Estado, inclusive, como saída única para o desenvolvimento econômico.

A manutenção do modelo agrário-exportador levaria à estagnação. No outro termo da relação, há uma tendência dos países do Centro, dos EUA em particular, para buscar novos mercados para aplicação de capitais; de ampliação do capitalismo mundial para fora das fronteiras nacionais. Esta tendência vem de encontro à necessidade de diversificação da estrutura produtiva para escapar à estagnação econômica (e de suas consequências sociais) nos países da América Latina.

Contudo, observando a situação interna de cada país, o impacto é diferenciado. Por uma razão imediatamente econômica, e suas razões políticas correspondentes. A primeira decorre da História econômica de cada país; o processo de industrialização por substituição de importações encontra-se em diferentes níveis, mesmo porque a capacidade de substituir importações é diversa. Ao mesmo tempo, as

suas atividades produtivas agrário-exportadoras não têm a mesma expressão no mercado internacional. Portanto, em cada um deles, a capacidade para receber a segunda etapa da industrialização não é a mesma.

4. Industrialização e regionalização nos países Latino-americanos: o exemplo brasileiro

Podemos discutir o conceito de região, a partir da estruturação interna de um país como o Brasil, lembrando que o exemplo pode servir basicamente, para toda América Latina, com a ressalva de que no processo de inserção do Brasil na economia capitalista mundial, dada a sua dimensão territorial, nem sempre foram as mesmas partes que receberam os ciclos econômicos. A cana afetou a estruturação do Nordeste; o café a do Sudeste; a borracha a da Amazônia; o ouro, o Centro-Sul; a criação de gado, certas áreas do Nordeste e do Sul do país. Nos países de menor dimensão, ainda que tenham ocorrido várias fases de articulação à economia mundial, elas interessam à transformação ou à complexidade do mesmo território.

O impacto da industrialização na economia mais avançada não se generaliza pelo território; pelo contrário, intensificou os chamados "desequilíbrios regionais", criando, a parte internamente desenvolvida e a parte internamente periférica. No que se refere ao seu significado econômico e social no Brasil, o Sudeste e o Sul, que cada vez mais formam uma só unidade, opõem-se às outras áreas; que só a partir de agora começam a ser valorizadas e ocupadas.

As consequências mais significativas do capitalismo industrial no campo se deram de forma concentrada. No que se refere ao modo de produção, as relações assalariadas penetraram no campo mais favorecido, quanto à sua localização relativamente aos setores urbanos-industriais, que são o seu mercado fundamental-consumidor do alimento/matérias primas.

No Brasil, em toda a América Latina e em outras partes do mundo, a penetração do capitalismo industrial, em formação econômico-sociais pré-existentes, realidades econômicas "desequilibradas" deram origem a interpretações econômicas e sociológicas do tipo dualista, que se têm reproduzido por todo o mundo subdesenvolvido. Na verdade, em determinados países, as evidências empíricas desse dualismo são muito fortes, sobre tudo onde persiste uma economia camponesa com base na auto-suficiência e exportação de excedentes. É o caso

de certos países andinos nos quais essa economia persiste de forma relativamente fechada ao nível local e regional. No Brasil, em que a força da industrialização tende praticamente a integrar todo o território numa economia de mercado, com a transformação da relação de produção e de trabalho na indústria e no campo, as evidências empíricas desse dualismo desaparecem.

Na Sociologia, o resultado desse tipo de abordagem é o marginalismo. A existência de vastas populações, à margem do sistema, que vão dos bóias-frias aos favelados, sendo que, do ponto de vista político, eles devem ser assimilados.

Para OLIVEIRA, não se trata de uma sociedade dual, trata-se do desenvolvimento desigual, característico do capitalismo: uma parte avança enquanto que a outra permanece atrasada, atraso relativamente maior do que o avanço.

Geograficamente este desenvolvimento desigual do capitalismo tem, a nível interno dos estados nacionais, uma expressão territorial mais ampla, que fornece as bases para determinação das regiões, segundo OLIVEIRA. Uma região se diferenciaria de outra, justamente, pela forma predominante de valorização de capital. Ela é um todo econômico-político.

Do processo inicial da integração do mercado brasileiro provocada pela industrialização resulta, no Brasil, uma certa regionalização, que tem como base econômica diferentes formas predominantes de valorização de capital e, como sustentação política, a estrutura de poder por elas criada.

Do ponto de vista geográfico, a imagem que temos do nosso país quando ele se insere na divisão internacional do trabalho no capitalismo industrial do século XIX é a do Brasil arquipélago econômico. A imagem é sugestiva, porém não totalmente verdadeira. Partindo deste pressuposto, como seria possível justificar a unidade de um país desta dimensão? Se todas as suas partes tivessem interesses separados, não se teria balcanizado como a América espanhola?

De verdadeiro fica o fato de que as relações econômicas fundamentais de cada parte do território se faziam com o exterior.

Antes da industrialização que a rompe, há uma desarticulação interna. A industrialização se implanta como uma indústria de consumo interno. Seu mercado real e o seu mercado potencial são basicamente o mercado brasileiro. A integração é promovida pelo Brasil industrializado, o de Sudeste de mais elevada produtividade relati-

va e que teve como mercado interno regional os mercados da economia cafeeira e da capital federal. O problema econômico da competição externa foi "resolvido" pelo mecanismo de proteção de barreiras alfandegárias e pelas crises (crise de 29) ou guerras, que dificultam a competição externa dentro do país.

As barreiras alfandegárias criam as condições institucionais para que a competição se dê basicamente ao nível interno entre as várias indústrias regionais implantadas no país. Mas, era preciso ainda transpor as condições físicas através da construção de estradas. Na medida em que estas são construídas começa a competição entre NE, SE e Sul, levando vantagem o SE.

Do ponto de vista geográfico, a integração territorial é um produto da indústria. No arquipélago econômico brasileiro, existiam regiões, compreensíveis a partir do capitalismo internacional.

Os geógrafos franceses mais avançados (GEORGE e discípulos), entendem que as regiões verdadeiras são somente as européias, polarizadas em torno de um centro. Não existiam regiões nos países dependentes. Segundo KAYSER, "região é um território que tem uma solidariedade interna não apenas de relações com as partes mas de interesses, é polarizada e se liga a um todo mais amplo".

Tomemos um exemplo brasileiro, a Amazônia e vejamos no que esse conceito não se aplica às regiões brasileiros anteriores à integração:

- 1) é uma economia extrativista, exportadora de borracha. A solidariedade existente é muito grande. Se a borracha sofre qualquer problema no mercado internacional ou mesmo nacional toda a Amazônia é prejudicada;
- 2) é parte de um todo mais amplo. Nada é mais vinculado à economia internacional que a Amazônia;
- 3) é polarizada, tudo passa por Belém.

A questão reside em se definir historicamente a região: na primeira fase de inserção das economias latino-americanas ou africanas na economia internacional, são verdadeiras regiões-enclaves, sobretudo quando se trata de mineração: a mina, a ferrovia e o porto. Todo o resto é vazio e isolado. Tem uma solidariedade interna; um polo que é o porto e tem vínculo com exterior, que dá sentido ao porto.

Este esquema é rompido pela industrialização que cria a regionalização interna. OLIVEIRA, no texto já referido diz: "No Brasil

existem regiões econômico-políticas, nos EUA elas desapareceram. Já nos referimos anteriormente a isso, quando dissemos que os EUA são um espaço homogeneizado pelo capital monopolista". A nosso ver OLIVEIRA tem e não tem razão. É correto, quando afirma que à medida em que a forma de valorização do capital dominante foi uniformizado não sendo mais possível diferenciar regiões, tendo a forma de valorização do capital como elemento significativo. O contrário também é verdadeiro: será que todo o espaço territorial nos EUA foi uniformizado?

O NE dos EUA distingue-se por um dado volume de concentração de forças produtivas industriais; uma área que abrange desde o litoral do Pacífico até o Golfo do México, é caracterizado por outro volume e significado de força produtivas, e uma área central, ainda basicamente agrícola.

As formas de valorização do capital desaparecem como elemento significativo de definição de região, mas restam outros, que o geógrafo deve buscar.

Segundo OLIVEIRA, no caso brasileiro, as condições para essa homogeneização começaram a ser criadas agora, através do capital monopolista que domina todo o país, territorialmente.

No NE, brasileiro as condições institucionais com os mecanismos ligados aos incentivos fiscais e à SUDENE, criaram a industrialização do NE, propiciaram a penetração do capital monopolista. Também a ocupação da Amazônia através dos mesmos mecanismos, privilegia as grandes empresas monopolistas brasileiras ou não. Os elementos de homogeneização estão aí, mas, esta ainda não ocorreu.

Para OLIVEIRA, formas diferentes de valorização do capital fazem do NE uma região e do Centro-Sul, outra. Nesta, há mais de dez anos, há uma associação muito estreita entre o capital financeiro internacional ou não e o Estado. Exemplo disso é a Cia. Siderurgica Nacional.

No NE, a forma fundamental de valorização era até recentemente o capital comercial, o qual criou a região NE, que não existia como tal até o início deste século. Eram vários Nordeste (zona da Mata, Sertão, Maranhão, Bahia) cujo desenvolvimento feito através das consequências diretas e indiretas da industrialização brasileira, fez com que se integrassem num só. Para o geógrafo, a imagem é dada pelo papel desempenhado por Recife, que tinha interesses em todo o NE. CASTRO em sua obra "Sete Ensaios sobre a Economia

Brasileira”, faz referência à coordenação que existia entre a economia do Sertão e do Litoral, para argumentar que já existia uma unidade.

Não há uma correspondência espacial entre o político e o econômico. Cada um deles tem uma especialidade própria. Pode-se dizer que o domínio político de Pernambuco termina nos seus limites, mas os seus interesses econômicos extravazam esses limites.

Como fazer a delimitação geográfica de uma região?

Segundo OLIVEIRA e LIPIETZ, há uma sobredeterminação do político sobre o econômico. A homogeneidade de interesses políticos é que concretiza a região. No NE existe uma semelhança de estrutura política entre os vários Estados que o compõem.

Segundo esses autores, há uma base econômica que sustenta, não de forma mecânica, a estrutura social e das relações de poder. A dimensão territorial desse poder concretiza os limites da região. Os interesses econômicos na sua manifestação política a partir da Assembléia Legislativa, por exemplo não param nos limites de Alagoas e Sergipe.

A partir dessa concepção política-econômica de região, dada por forma dominante de valorização do capital e a sua correspondente estrutura social e política, como entender o conceito de região polarizada, que sugere muito nitidamente uma economia de mercado? Há conflito entre as duas concepções? Em termos de realidade brasileira, entendemos que não. A forma fundamental de valorização do capital determina no Brasil a Macro-região: Nordeste, Sudeste, etc.

Mas, dentro de um país como o Brasil, basicamente dominado como um todo pelo modo de produção capitalista, tratando-se pois de uma avançada forma de economia de mercado, todo o espaço é de alguma forma, basicamente polarizado. Por isso, os geógrafos, com razão chamam São Paulo e Rio de Janeiro de “as Metrôpoles Nacionais”, pois há efetivamente uma polarização básica que atinge todo o país e que é dado por esses dois grandes centros.

As macro-regiões também são polarizadas, e não necessariamente por um único centro. Na Região Sudeste, São Paulo tem expressão maior, mas há também polarização do Rio de Janeiro. No NE a polarização maior é a de Recife, mas Fortaleza e Salvador também polarizam.

Mas, qual seria então, o significado da política econômica dos Estados brasileiros?

Qual a composição das suas forças dominantes para preservar os seus interesses? Qual a política econômica do Estado Nacional?

Há uma composição de forças de dominação, que age, no sentido de coadunar os interesses gerais do conjunto nacional. A SUDENE é uma criação que revela a existência de um objetivo econômico comum; é uma resposta, num território, de certos tipos homogêneos de interesse, face ao restante do país.

A SUDAM teria um significado correspondente. Já a SUDECO, SUDESUL, não o teria. Por exclusão, sobra o Brasil de Sudeste, que não é supervisionado por órgão algum, desde que o próprio governo federal dele, se ocupa em ingerência direta, dada a sua importância na economia brasileira. O Sul e o Centro-Sul são as áreas que mais se aproximam, do ponto de vista da valorização do capital e dos seus vínculos com o Sudeste. Praticamente se desfiguram como região.

Ainda que os executivos estaduais sejam atualmente, basicamente indicados pelo poder central, o que revela a força centralizada dos setores dominantes da economia do país, a escolha não recai aleatoriamente, mas revela o jogo de interesses de grupos sociais dominantes ao nível do Estado e em relação aos grupos sociais de dominação nacional. Neste sentido, pode-se pressupor que, de alguma forma, a estrutura de poder estadual procura criar condições favoráveis para a preservação de determinados interesses do capital, que se realiza a nível estadual, incentivando a produção, o comércio e a circulação dentro de seus limites. Contudo, nem sempre à necessidade de defesa dos interesses corresponde um poderio econômico para fazê-lo. Assim, o Estado de São Paulo construiu sua rede de estradas como uma grade centrando-a na sua metrópole principal. Só não construiu nos Estados vizinhos porque a legislação o impede. Contudo, chegando às suas fronteiras, captou, em seu proveito territorial, parte significativa da economia de Minas Gerais, Sul de Goiás, Paraná. Não se revela aí um conflito de interesses estaduais? Em contrapartida, desde que tenham recursos, esses estados procuram construir uma rede de circulação para canalizar sua economia no sentido dos seus interesses. A famosa estrada do café no Estado do Paraná, o asfaltamento da rede de estradas de Minas Gerais, coordenada por Belo Horizonte, por exemplo, têm esse objetivo. Recupera-se assim, o conceito da rede urbana, que autores franceses, entre outros, exploram para trabalhar o conceito de região a ele acrescentando a sua dimensão política.

No que se refere à solução dos conflitos de interesses inter-estaduais, Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro, Minas Gerais leva muitas vantagens sobre o Rio de Janeiro, cuja economia industrial

está estagnada. Nas áreas por ele dominadas, o conflito vai-se resolvendo em favor de Minas Gerais. Já nas áreas dominadas por São Paulo, o conflito é maior e as possibilidades de sucessos por parte de outros Estados são remotas.

O corredor de exportação, ainda que se constitua num mecanismo federal — afinal é preciso exportar para equilibrar a balança de pagamento, dizendo respeito sobretudo a matérias-primas e produtos alimentícios —, pode envolver interesses regionais estaduais³. No caso dos Estados que tem uma conformação territorial favorável, o corredor atravessa o Estado e o integra (Paraná, Sta. Catarina, etc); quando não, desintegra-o (Mato Grosso, Bahia, etc).

O poder de defesa dos municípios é ainda menor; estão ao nível da micro-Geografia. Só a esse nível pode-se comparar os problemas e as possibilidades de solução e atração de Osasco aos de São Bernardo do Campo, ou de Osasco e Taboão da Serra.

Uma das questões que o capitalismo tem que resolver é a da dispersão do poder político nas grandes metrópoles. Não há um organismo político que coordene a solução dos problemas nas áreas metropolitanas, bem como os recursos gerados na Metrópole. Esforços vêm sendo feitos no sentido de criar um órgão, cujo raio de ação abranja a dimensão de toda a aglomeração.

Concluindo podemos dizer que a região pelos países latino-americanos não pode ser entendida historicamente como a região norte-americana. Ela tem outro conteúdo social e político, porque tem outro conteúdo econômico. Nos EUA, há só uma forma dominante de valorização do capital e só esses interesses sociais são dominantes e subordinam todo os outros. No Brasil ainda não é assim; muito menos, nos países em que o processo de industrialização está mais atrasado.

A industrialização tem uma necessidade econômica, ela se concentra e precisa atingir o mercado nacional. Por conseguinte integra-o, quando ele já não é integrado. No caso argentino, a rede ferroviária da fase da economia agrário exportadora havia organizado a integração territorial.

Nesta nova fase, é difícil integrar. Criam-se regiões de conteúdos diferentes, no que diz respeito ao capital: numa domina o capital

³ Vai criar conflitos de interesses, que se refletirão ao nível da Câmara ou do Poder Estadual.

comercial, noutras o capital industrial que, aliás, pode assumir várias formas.

Na América Latina poucas são as áreas em que não ocorre a economia de mercado ou em que ela é secundária. Nos países andinos, encontram-se exemplos de economia autárquica regional ou local, sem dominação de capital. No Brasil, podem ocorrer algumas em que a economia de mercado é secundária.

O estudo da realidade latino-americana mereceria uma análise mais empírica completa, com a discussão do significado das regiões dos seus países.

5. Processos de integração Latinoamericana

Existentes há quase vinte anos, abrangem esse processos a formação do mercado comum centro americano e a formação da ALALC e mesmo o pacto andino.

De forma simples, efetivamente, essa integração busca encontrar uma dimensão de mercado (e dimensão política, pois é difícil chegar a um acordo internamente, desde que, externamente, forças pressionam para que isso não se dê), criar escala sobretudo na produção industrial (ainda que a agrícola também possa interessar) para empreendimentos de dimensão e produtividade competitiva no mercado internacional e no mercado interno deste bloco. Fecha-se para proteger-se. É a lógica do Mercado Comum Europeu, resposta européia ao poderío norte americano, necessário para competir no mercado capitalista mundial e também a eventuais pressões econômico-políticas do Leste.

Quanto aos seus resultados, seguramente, menos na ALALC e mais no Mercado Centro-Americano, o mecanismo de trocas internas ampliou-se. Cresceu mais o comércio inter-regional desses países do que o extra-regional. Segundo WIONCZEK, esse crescimento é fruto imediato do acordo inicial. Existiam barreiras anteriores entre os países, que, inclusive, tendo estrutura muito similar, pouco tinham para trocar, protegendo os seus restritos mercados. Rompido o represamento, nos primeiros anos, há uma relativa ampliação das relações, que, logo, voltam a estabilizar-se.

Quais as dificuldades para se chegar a uma segunda etapa no mecanismo de integração? Exemplificando com um exemplo mais geral, de países mais avançados com as dificuldades do MEC, o pon-

to de partida encontra uma situação diferenciada. A França tem necessidade de proteger sua agricultura, pouco avançada em relação aos outros; se entra no MEC sem estabelecer regras do jogo nesse sentido, sua agricultura não resistirá à concorrência de parceiros mais desenvolvidos e advirá uma crise interna. Partindo de uma situação diferenciada, o mecanismo de integração acaba pelo funcionamento da economia de mercado, a privilegiar uma concentração interna nos países mais avançados, sendo os outros colocados sob dependência. As classes dominantes desses países, e o Estado que as representa, reagem a essa perspectiva, que inclui também o desenvolvimento do processo de crise social.

O resultado imediato de uma integração muito brusca e avançada, em qualquer estrutura sul ou centro-americana, refletir-se-ia em crise econômicas com suas conseqüentes repercussões sociais.

Em países essencialmente agrícolas seria desencadeada a questão agrária. Ao mesmo tempo que países economicamente muito fracos, como a Bolívia, por exemplo, só aceitam entrar na ALALC de forma restrita, ou resultam em aceitar a integração, pois os mais avançados sabem que ela irá favorecê-los. Os interessados do bloco hegemônico, (não do país) que detém o poder em um país não coincidem com os do bloco hegemônico de outros ou outros. Há, contudo, interesses coincidentes; não de forma total porque são empresas multinacionais, mas não são sempre as mesmas. Inclusive, uma parte do funcionamento do intercâmbio industrial significativo provocado pela ALALC decorre do desencadeamento desses interesses, ou seja, do processo de expansão das grandes empresas capitalistas mundiais e o mecanismo da conglomeração funcional e geográfica.

Para as multinacionais, do ponto de vista da organização da produção, há interesse numa certa especialização regional. Elas se beneficiam das vantagens fiscais, que se constituem, para facilitar internamente, a integração, auto-protegem-se da concorrência externa (externa ao organismo constituído), e promovem intercâmbios ao nível de toda a nova "região" criada, especializando-se. Portanto há dois mecanismos que interessam aos países mais avançados, que, seguramente, se beneficiarão com a integração; a estes tipos de empresas que se expandem por todo o mundo e pela América Latina e que tirarão vantagens dos mecanismos de especialização, aproveitando as isenções que a ALALC ou o Mercado Centro Americano criaram.

Que a resposta tenta dar a América Latina para melhorar a sua posição desigual na economia capitalista mundial?

A própria Europa, cuja posição não é tão desigual, teve que dar uma resposta — criar um mercado da dimensão dos EUA, para forçar a sua parcela do poder capitalista mundial (lembrando que o mercado norte-americano abrange um único país, sem entraves).

Portanto, a meta econômica é criar uma dimensão de mercado, cuja proporção permita economias de escala e especialização regional. Para organizá-lo, na América Latina, as dificuldades internas começam pela desigualdade entre os países. Mesmo na América Central, formada por países de economia agrário-exportadoras, muito vinculadas à economia norte-americana, há diferenciações internas suficientemente significativas na industrialização para criar vantagens, na integração, para uns em detrimento de outros.

Outro limite se evidencia: a integração, na carta de criação do Mercado Centro-Americano, só se refere ao mercado interno. Nenhuma medida que possa afetar a estrutura político-social de cada país será permitida⁴. Ora, o simples desenvolvimento da economia provoca, inevitavelmente, alterações na estrutura social e consequentemente política. Como transformar o mercado potencial do campo em mercado real para a indústria, se continuam a existir relações de produção altamente exploradoras? O “modelo brasileiro” tinha uma lógica econômica que independia do mercado interno: “exportar é o que importa”. Mas a saída vai encontrar a resistência norte-americana, não só dos empresários dos ramos industriais diretamente afetados pela concorrência quanto da economia norte-americana como um todo, que busca preservar a sua balança de pagamentos.

No mercado Centro-Americano a integração teve um desenvolvimento expressivo nos cinco primeiros anos da década dos 60; depois estagnou. Novo planejamento procurou intensificar a industrialização, desencadeando-se o mecanismo natural de movimentação das forças econômicas; a necessidade de concentração para a diminuição dos custos implícita na economia externa; a proximidade, de um lado, de outros ramos da indústria com vinculação técnica ao ramo que está sendo implantado; de outro modo do aparato urbano-industrial que permite economia de aglomeração. Nesta segunda fase, segundo WIONCZEK, deu-se uma mudança na política norte-americana, dificultando o processo. Lembramos que os EUA fornecem os produtos industriais banais à América Central, e ainda que as próprias empresas norte-americanas viessem a instalar-se nesses países, o mercado norte-americano ver-se-ia restringindo.

⁴ Respeite-se a auto-determinação dos povos, pois ela é a sua expressão ideológica.

Em "Elegia para uma re(li)gião", OLIVEIRA analisa a inserção do Nordeste no processo de industrialização brasileira, desencadeado pela SUDENE. Mostra como as classes dominantes tradicionais vêm-se pressionadas, de um lado, pela penetração dos interesses econômicos ligados à industrialização, a partir do Sudeste, de outro pelos problemas sociais decorrentes de industrialização — pelos semi-camponeses e pelos assalariados rurais e urbanos do Nordeste, bem como pela alta burguesia nacional e internacional e o Estado brasileiro que as representa. Conclui mostrando que os grandes proprietários do campo nordestino ainda existem como classe na História, porque, efetivamente, o desenvolvimento capitalista brasileiro ainda não conseguiu romper a aliança com eles, no sentido de uma transformação mais radical e profunda do mundo rural. Contudo, os industriais tradicionais do Nordeste e a burguesia ligada à economia da cana-de-açúcar pertencem ao "lixo" da História; não como indivíduo, antes como sujeito coletivo. Seu livro, não sendo de um geógrafo, faz Geografia, na medida que discute, com grande propriedade, o conceito de região no sentido de síntese entre natureza e sociedade.

No caso brasileiro, deu-se um processo de integração, nos limites do nosso país. No caso da integração latino-americana (ALALC) ou centro-americana ela é supra-nacional, mas desencadeia processos similares. A crise social seria reflexo de um desenvolvimento e a sua "resolução" faria avançar o processo.

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, S., (1977) org. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro, Graal.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, ENZO. (1970) *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FURTADO, C. (1973) *A hegemonia dos E.E.U.U. e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FAIRE, A. (1977) "Os conflitos inter-imperialistas na crise" in "A crise do Imperialismo" Rio de Janeiro — Graal.
- GALBRAITH, J. F. (1980) *A era da incerteza*. São Paulo, Pioneira/UNB.
- GEORGE, P. () *A ação do homem*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Difel.
- (1970) *Panorama do mundo atual*. 3 ed. São Paulo, Difel.
- HUBERMAN, L. (1966) *Nós, o povo*. São Paulo, Brasiliense.
- LIPIETZ, A. (1977) *Le Capital et son espace*. Paris, François Maspero.
- LOPES, J. R. B. (1968) *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo Nacional.

- OLIVEIRA, F. (1972) *A economia brasileira: Crítica à razão dualista* in. *Estudos CEBRAP*, 2. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.
- (1977) *Elegia para uma re(li)gião*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, M. (1977) *Desenvolvimento econômico e urbanização em países sub-desenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB (53): 35/61.
- SINGER, P. (1977) *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.
- TROTEGNON, Y. (1974) *Le Siècle XX Américain*. Paris, Bordas.
- WIONCZEK, M. S. (1969) *Integração Latino-Americana e a política econômica dos EEUU*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

RESUMO

O texto apresenta e discute os seguintes pontos:

— a caracterização geral dos mecanismos de intercâmbio desigual, analisando os casos excepcionais do Brasil, Argentina e México;

— faz um balanço analítico da teoria da dependência, seus alcances e seus limites; bem como os mecanismos da acumulação capitalista em países ditos não desenvolvidos ou dependentes;

— analisa a economia dos Estados Unidos após a segunda guerra mundial, que resulta na observação: a diferenciação geográfica dos Estados Unidos é devida ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Comenta as teorias de Celso Furtado e Lipietz.

— Comenta sobre o valor e os mecanismos de formação do intercâmbio desigual (o espaço se estrutura como produto e como condição).

— Analisa o poderio Americano, suas origens e permanência, a partir da segunda guerra mundial, e o processo de mundialização do capital.

Revê o histórico das relações dos Estados Unidos com a América Latina. O processo de industrialização e as novas formas assumidas pelas grandes empresas industriais americanas e suas consequências.

— a lógica da dispersão dos investimentos;

— a lógica do ciclo do produto;

— a lógica da tecnologia de ponta;

— a crise e a concorrência externa a redivisão dos mercados mundiais

(ao nível interno a liquidação do projeto americano da "grande sociedade"); a homogeneização interna dos Estados Unidos; a redistribuição territorial das atividades econômicas. A dispersão e concentração, e os problemas políticos daí decorrentes.

Algumas questões de ordem teórica dentro da geografia são colocadas.

Na parte que trata da industrialização da América Latina apresenta:

— críticas e comentários às perspectivas de Wilson Cano, Antonio Barros de Castro e Celso Furtado;

— uma crítica à posição de Samir Amin a partir de sua análise do processo de substituição de importações em países dependentes (a análise de Amin não dá para ser aplicada em países como o Brasil).

— uma análise do desenvolvimento em geral e do industrial em particular a partir das reflexões de Lipietz (economia voltada para o exterior).

Em seguida parte para a análise do caso brasileiro:

— a desarticulação da economia no século XIX, onde cada região do país tinha contato direto com o exterior.;

— a penetração do capitalismo industrial;

— as desigualdade regionais;

— a integração de todo o território brasileiro numa economia de mercado tendo como causa a industrialização;

— a contrapartida teórica: o marginalismo;

— a crítica do marginalismo pela teoria do desenvolvimento desigual;

— O caso específico da Amazônia;

— a tendência à homogeneização criada à partir do predomínio do capital monopolista;

— a partir da estruturação interna do país, discute o conceito de região e sua dimensão política.

Como conclusão:

— a região formada pelos países latino americanos não pode ser entendida historicamente como a região norte americana. Ela tem outro conteúdo social e político porque tem outro conteúdo econômico.

— analisa a formação da ALALC e do Mercado Centro Americano, comparando-os com o Mercado Comum Europeu, e os interesses das multinacionais.

— O caso do nordeste brasileiro é estudado, a atuação da Sudene, as relações do nordeste com as outras partes do território brasileiro.

— que existe uma crise social profunda e que a sua “resolução” faria avançar o processo de transformação do país’

RÉSUMÉ

L'article présente et discute les sujets suivants:

— la characterization general des mécanismes des interchanges inégales, analysant les cas exceptionnels du Brésil, Mexico et Argentina.

— un balance analytique de la théorie de la dépendence, ses horizons et ses limites est fait, de même que des mécanismes de l'accumulation capitaliste dans les pays dits non développé ou dépendents.

— analyse l'économie des États Unis d'après guerre, d'ou l'observation:

— la diferenciation géographique des États Unis est dû au développement du propre capitalisme. Commente les théories de Celso Furtado et de Lipietz.

— Commente sur la valeur et les mécanismes de la formation des interchanges inégales (l'espace est structuré comme produit et comme condition).

— Analyse le pouvoir américain, ses origines et permanence, dès la second guerre mondiale, et le procès de mondialisation du Capital.

Revoit l'historique des reletions des Étas Unis avec l'Amérique Latine, Le procès d'industrialisation et les formes nouvelles que prennent sur soi les plus grandes entreprises industrielles américaines et ses conséquences:

a— la logique des dispersions de investissements;

b— la logique du cicle du produit;

c— la logique de la technologie de pointe.

d— crise et concurrence internationale, la redivision des marché mondiales (dans les niveaux internes, la liquidation du projet americain de la “grande Societé): l'homogénéisation interne des États Unis, la redistribution territoriale des ses activités économiques, la dispersion et la concentracion et les problèmes politiques y courrants.

Quelques questions d'ordre théorique dans la géographie sont posées.

Dans la part qui s'occupe de l'industrialisation de l'Amérique Latine nous présente:

— critiques et commentaires sur les perspectives de Wilson Cano, Antonio Barros de Castro et Celso Furtado.

— critique de la position de Samir Amin à partir de sa analyse sur le procès de substitution des importations dans les pays dépendentes (L'analyse de Samir Amin ne s'applique pas pour un pays comme le Brésil).

— une analyse du développement en général et du industriel en particulier, à partir des réflexions de Lipietz (l'économie tournée vers l'extérieur).

Ensuite part par l'analyse du cas brésilien:

— la désarticulation de l'économie dans le XIX^{ème} siècle, où chaque région avait contact direct avec les marchés internationales.

— la pénétration du capitalisme industriel

— les inégalités régionales

— l'intégration de tout le territoire brésilien dans l'économie de marché, ayant pour cause l'industrialisation.

— la contrepartie théorique, le marginalisme

— la critique du marginalisme faite par la théorie du développement inégal

— le cas de l'Amazone

— la tendance à l'homogénéisation dû à partir de la prédominance du capital monopoliste.

— à partir de la structuration interne du pays, discute le concept de région et sa dimension politique.

Comme conclusion:

— la région formée par les pays latino-américains, ne peut être entendue historiquement comme la région nord-américain. Elle a un autre contenu social et politique car elle a un autre contenu économique.

— analyse la formation de L'ALALC (Aliance latina américain du libre commerce) et du Marché Centre Américain, en les comparant avec le MCE, vis à vis les intérêts des transnationales.

— le cas du nord-brésilien est étudié, l'actuation de la Sudene (Superintendance du développement du Nord-est) et les relations de nord-ests avec les autres parts du territoire brésilien.

— qui existe une crise social, très profonde et qui sa "resolution" pouvait faire avancer le procès de transformation du pays.

ABSTRACT

The paper presents and discuss some subjects as follows:

— a general characterization of unequal interchanges mechanisms, and analyse the Brazil, Mexico and Argentina exceptional cases.

— do the analitical balance of dependance theory, its scopes and limits, as well as the mechanisms of capitalistic accumulation in the so called under-developped or dependent countries.

— Analyse the United States economy after second world war, that result:

— the geographical difference of United State is derived from the Capitalism developpement by itself. Comments the Celso Furtado and Lipietz theories.

— Comments too the value theory and the unequal interchanges formation mechanisms (the space structured like a product and condition).

— Analyse de U.S. power, its origins and permanency, from the second world war until the wordly wide capital.

— Review the U.S. relations with Latin-America, the industrialization process and the new forms assumed by the great american industrial enterprise and their results:

a— the investment scattering logic

b— the product's sicle logic

c— technology logic

d— the U.S. crisis and external market competition, and the subsequent world-wise market subdivision and the fall of "great society" project; the U.S. internal homogeneization, and territorial redistribution of economics activites its scattering and concentration, and the political problems resultants.

Some geographical theoretical questions are posed

About the industrialization of Latin America presents:

— criticise and comments the Celso Furtado, Wilson Cano, Antonio Barros de Castro perspectives.

— criticise the Samir Amin vision about importations substitutions in dependent countries (his analysis isn't applicable in Brazil's case)

— n analysis about the developpement in general and the particular industrial frame, from Lipietz reflections (economy turned to the foreing necessities)

Following analysis the brazilian case, observing:

— the XIXth century economy desarticulation each region has a direct interchanges with the other countries.

— the industrial capitalism penetration.

— the regional unequalities

— the integration of all brazilian territory into a market economy, caused by the industrialization.

— the theoretical counter part -the marginalismus theory

— a marginalismus criticism by the unequal developpement theory.

— The Amazonic especific case

— the homogeneization tendency caused by the predominance of monopolistic capital.

— from the intern country structuration, discuss the region concept and its political dimension.

Like a conclusion:

— The region formed by the Latin- American countries don't may historically understood like the North-american region. It has another social and political contents because has another economics contents.

— analyse the ALALC and the Center American Market formation, and compared them with 9uropean Commun Market. Observs the transnational interest in it.

— The brazilian NE. the Sudene actuation, the relations of NE with the other parts of brazilian territory.

— That exists a social crisis and that its "resolution" will be advance the country process of transformation.

